



Ateliê de História

Palavras - chave:

História da Educação,
Minas Gerais, Século XVIII,
Iluminismo, significados e
sentidos.

Resumo: O presente artigo busca investigar os sentidos e os usos da educação para o século XVIII luso-brasileiro sob o reformismo ilustrado. Além disso, busca-se neste texto investigar os usos e os sentidos que a educação tinha para os testadores de Minas do Ouro no século XVIII. A partir de um debate com a historiografia e do que é possível encontrar na documentação impressa e manuscrita apresentou-se uma proposta de divisão dos intelectuais do período e de suas concepções sobre os sentidos e os usos que se devia fazer da educação no período. Para uns existe uma ênfase na educação por diletantismo. Para outros exista o sentido para engrandecimento de Portugal. Para outros, educação serve para o controle das paixões. E existem aqueles que a ênfase da educação é para transmissão de conhecimentos sendo eles artes, ciências, ofícios ou quaisquer outras coisas. Mas existem também aqueles que educação não é mais que uma forma de ganhar a vida e sustentar sua família. Por fim, busca-se enfatizar que grupos diferentes dão ênfases diferentes para a educação.

EDUCAÇÃO, OS USOS E OS SENTIDOS NO MUNDO LUSO-BRASILEIRO SOB O REFORMISMO ILUSTRADO, EM ESPECIAL EM MINAS DO OURO, NO SÉCULO XVIII

Fabício Vinhas Manini Angelo¹

INTRODUÇÃO

A partir do século XVII e ao longo do século XVIII desenvolveram-se diversas cenas intelectuais na Europa. Estas cenas foram nomeadas posteriormente com diversos títulos guarda-chuvas como Revolução Científica, Racionalismo, Empirismo e mesmo Iluminismo, Ilustração, Luzes ou mesmo *Aufklärung*. Obviamente muitas dessas cenas intelectuais se influenciaram mutuamente. Parte dessas influências podem ser verificadas pela circulação de impressos, incluindo os censurados, em larga escala por todo o continente e mesmo para as partes da América de colonização europeia. A Enciclopédia, por exemplo, teve grande sucesso até o final do século XVIII, isso é bastante impressionante principalmente pensando que esta foi uma publicação em muitos volumes. Segundo Carlota Boto (1996, p. 40): “A Enciclopédia resultou em 17 volumes de texto e 11 de estampas, agregando o compromisso de mais de 160 colaboradores”, [entre os quais podemos citar Diderot, D’Alambert, Montesquieu, Rousseau, Quesnay, Voltaire e Condorcet]. Além de ser uma proposta ousada em 1757 a Enciclopédia contava já com mais de quatro mil assinantes, elite intelectual que contribuiria para propagar e multiplicar as ideias contidas na obra. Além disso, vários intelectuais fizeram um amplo *tour* pelo Velho continente. Pode-se observar isso no período em que Hume ficou em Paris, ou quando Rousseau foi para Inglaterra. Voltaire, por exemplo, foi à Prússia para trabalhar com Frederico I.

Este amplo movimento cultural parece realmente ter atingido muitos países da Europa e isto não seria diferente com Portugal, um país via de regra bastante refratário aos intelectuais mais produtivos daqueles séculos. Porém, mesmo em um país conservador como este é nítido que estas ideias se fizeram presentes. Portanto, é claro a grande influência que os escritos de Locke tiveram na produção de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. Também é relevante a influência do “italiano” Domênico (Domingos) Vandelli na educação em Portugal na segunda metade do século XVIII, entre muito outros. Ainda podemos observar o caso de Dom Luis da Cunha, embaixador português, que passou a maior parte de sua vida fora de Portugal, que tinha entre outras funções comprar instrumentos científicos e livros conectados com as inovações filosóficas e culturais do período. Portanto, com esses exemplos sucintos percebe-se que o Iluminismo teve uma ampla influência ou circulação de impressos, conhecimentos e pessoas sobre a Europa e obviamente sendo apropriado de diversas maneiras.

Sendo assim, neste artigo busco recuperar uma definição para a edu-

¹ Doutorando em Educação pela UFMG. Bolsista CAPES. Orientando da Profa. Dra. Thais Nivia de Lima e Fonseca.

cação no mundo luso-brasileiro do século XVIII que enfatize suas multiplicidades, especificidades, movimentos e apropriações. Para isso, buscarei neste capítulo caracterizar o perfil socio-cultural destes intelectuais. Talvez com isto poderei dizer de maneira mais ampla quem eram os letrados da época. Obviamente, com isto, não se está dizendo que será feito aqui uma pesquisa exaustiva sobre cada uma das personalidades, mas apenas pequenos inventários inclusive agrupando muitas dessas figuras em grupos, buscando indicar características em comum a partir do que a historiografia vem debatendo a respeito². Por fim, a partir do textos consultados vou sugerir a compreensão que estes agentes históricos tinham da educação, bem como o papel da educação para a humanidade e para eles próprios. O objetivo deste capítulo é apenas apresentar uma pequena contribuição selecionando o fundamental para compreender o problema dos significados da educação para os homens que mais lidavam com o mundo das letras no iluminado século XVIII.

A partir dessa perspectiva, busco frisar a importância de estudos que busquem compreender o significado da educação para os diversos agentes históricos que estavam em contato com o mundo das letras em um rápido panorama dos grandes pensadores do período sendo eles intelectuais ou letrados, passando por alguns funcionários da coroa, especialmente na Minas do Ouro setecentista, chegando aos testadores e apresentando suas práticas/estratégias educativas em relação às gerações seguintes. É importante enfatizar que estes homens conviveram e influenciaram-se pelas luzes do século XVIII. Este trabalho, propõe-se então, a partir da leitura da bibliografia pertinente e de minha principal fonte primárias manuscrita: os testamentos, apontar as diversas concepções de educação em um mundo marcado pelas Luzes presentes no cenário intelectual internacional do período. E, além disso, pretendo contribuir para o desenvolvimento da História da Educação em tempos pretéritos nas Minas do Ouro setecentistas. Neste artigo, buscar-se-á compreender qual o papel da educação para a humanidade que estes letrados atribuíam.

UM SUCINTO QUADRO DO AMBIENTE INTELECTUAL EUROPEU DOS SÉCULOS XVII E XVIII: O ILUMINISMO E “OUTROS MOVIMENTOS”

Este capítulo tem por objetivo inicial traçar um panorama do movimento iluminista e desta forma contribuir para uma compreensão mais precisa das luzes do século XVIII, buscando compreendê-las em sua diversidade e multiplicidade de apropriações. Porém, não se deve ter em conta que o objetivo deste trabalho é apresentar uma revisão de toda a Ilustração, mas sim apenas apresentar uma pequena contribuição para se entender o papel da Educação para os intelectuais, agentes da coroa portuguesa e dos testadores em Minas da época.

Durante muito tempo considerou-se como Iluminismo o movimento cultural que se estabeleceu em Paris ao longo do século XVIII. Posteriormente compreendeu-se que a partir do século XVII e ao longo do século XVIII desenvolveram-se diversas cenas intelectuais na Europa. Estas cenas foram nomeadas posteriormente com títulos guarda-chuvas como Iluminismo, Ilustração e Luzes sempre em oposição ao que havia antes que ficou conhecido como, também pelo título guarda-chuva, Antigo Regime. (cf. Villalta, 1997, 2011, 2015; Boto, 1996, 2011; Furtado, 2012, Carvalho, 1986). Obviamente toda essa “homogeneidade” esconde uma diversidade sem fim de intelectuais, de filósofos, de pensadores, de homens letrados e de homens públicos e até pessoas comuns, mas que tiveram um contato mínimo com a educação formal da época. No limite pode-se pensar que cada pessoa letrada da Europa e mesmo da América no século XVIII tinha sua ideia dos significados das luzes. (cf. FURTADO, 2012). Também pode-se pensar que as luzes nada mais eram que uma mistura de autores que não tinham muita coisa em comum a não ser terem atuado em algum momento do século XVIII (Cf. VILLALTA, 2015 e 2011 e FURTADO, 2012).

Esta multiplicidade de referências, de ambientes, de autores e públicos deu origem a cenas intelectuais muito específica que poderiam mesmo ser separadas em cada um dos países da Europa. Neste sentido, só para ter um panorama, a Inglaterra viu já no século XVII, mais precisamente na década de 1680 John Locke escrever seus principais textos, frutos de seu testemunho e convivência com o ambiente da Revolu-

2 A historiografia sobre o tema é longa e aqui estou me baseando nos textos de Boto (2015), Boto (1997), Carvalho (1963), Carvalho (1986), Carvalho (1978), Dias (1978), Domingues (2001), Fonseca (2009c), Furtado (2012), Morais (2007), Russell (1977), Villalta, (2011), Villalta, Morais e Martins (2015), Zuribi (2004).

ção Gloriosa de 1689. Portanto, grosso modo, Locke escreveu aquilo que testemunhou. Neste quadro, o grande público consumidor de seus escritos não eram intelectuais diletantes, mas sim homens preocupados com questões bem pragmáticas relacionadas à quem vai pagar os impostos e qual a relação que teremos com o nosso Rei depois disto que ocorreu. Portanto, Locke é uma testemunha da história que está escrevendo para um público de homens, para o nível do restante do público letrado da Europa, pragmáticos e preocupados com a situação da Inglaterra naquele momento (Cf. ZURIBI, 2004 e RUSSELL, 1977).

Já na França houve várias gerações de intelectuais. Estes intelectuais estavam realmente preocupados em construir um novo pensamento baseado na capacidade dos homens, abandonando de vez a possibilidade de uma verdade revelada. Em alguns casos estes pensadores buscaram sintetizar as duas principais posições filosóficas do período nomeadas genericamente de racionalismo e empirismo (Cf. ZURIBI, 2004; RUSSELL, 1977 e BOTO, 1996). Além disso, alguns eram anti-clericais e profundamente deístas o que não significa que eram ateus. Na verdade, em alguns casos eram bastante religiosos, pelo menos em um período da sua vida. Porém, estas posições críticas em relação às religiões não se aplicavam necessariamente aos monarcas. Muitos destes homens sempre que possível buscaram a proteção o financiamento de algum monarca absolutista dentro ou fora da França (FURTADO, 2012; BOTO, 1996; CARVALHO, 1963 e 1986). Em geral, por serem os mais influentes autores do período, escreveram para um público tão vasto quanto possível e que, por isso, tiveram grande diversidade de recepções. Dentro do cenário francês pode-se mapear livros muito especializados sobre geografia e outras ciências como também livros lacrimoso ou mesmo para se ler com uma mão só e que agradavam todo tipo de público (Cf. FURTADO, 2013; DEL PRIORE, 2005). Basta para isso ver as diferentes posições assumidas nos processos de independência das diversas colônias nas Américas ou mesmo as diferenças entre a Inglaterra do século XVIII e a França do mesmo século.

De modo bastante diferente se desenvolveu o Iluminismo nos estados alemães. Lá a reflexão a partir de Kant, professor universitário muito bem estabelecido, e seus herdeiros como Fichte e Hegel era para um público muito mais específico, na verdade, seus alunos, pois se deu em um ambiente eminentemente universitário, escolar. Tudo isso deu origem a uma filosofia tão refinada quanto árida. Porém, por

outros caminhos e ao longo do século XIX lá também se constituirá um forte movimento romântico que indiretamente influenciado por Rousseau será profundamente anti-iluminista e talvez por isso antirracionalista e anti-antigo-regime (KANT, 1997; ZURIBI, 2004; RUSSELL, 1977).

Já em Portugal, tido por muitos e por muito tempo como terra de obscurantismo e fanatismo religioso; que deu mesmo origem a um velho ditado que diz mais ou menos que se algo é verdade aquém Pêrineu é mentira além, pode-se perceber uma profunda influência de diversos autores vinculados às luzes como Locke, Montesquieu, Voltaire, Rousseau dentre outros (Cf. Villalta, 2011; Carvalho, 1963 e 1986; BOTO, 1996). Parte disso parece estar vinculado a figuras como Marques de Pombal e os reis portugueses do século XVIII, Dom João V, Dom José e mesmo Dona Maria e Dom João VI. Porém, não deve-se deixar de mencionar intelectuais como Martinho de Mendonça de Pina e de Proença, Luís Antônio Verney e Ribeiro Sanches. Também não se deve deixar de citar figuras como embaixador português, presente em várias cortes da Europa ao longo da primeira metade do século XVIII, Dom Luís da Cunha e muitos outros homens de Estado que conseguiram garantir a inserção de Portugal no que havia de mais avançado na época. Portanto, com isso busco enfatizar que não se está falando de um Iluminismo que chega às terras lusitanas somente com Marques de Pombal, mas sim que já durante o reinado de Dom João V e talvez antes com a fundação da Academia dos Generosos pelo Pai de Dom Luís da Cunha alguns intelectuais já tinham contatos com estas ideias e buscavam divulgá-las neste pequeno reino. Além disso, não se está falando que algo que acabou com fim do reinado de Dom José, mas que continuou nos reinados de dona Maria e Dom João VI. Também não se pode dizer que isso é uma espécie de reformismo ilustrado e que, portanto, era uma espécie de reforma conservadora ou não ser parte do Iluminismo. Para isso deve-se ter em mente que o Iluminismo radical foi algo, inicialmente específico da França e depois que se espalhou pelo resto do mundo. Sendo assim, até os anos de 1790 o que foi mais comum entre os pensadores, intelectuais e homens de Estado do período é buscar apoio na figura de um monarca absolutista do período para fazer suas pesquisas e divulgar seus resultados e quanto possível transformar estes resultados em “políticas públicas”. (Cf. FONSECA, 2009c; VILLALTA, 1997, 2011, 2015a, 2015b; BOTO, 1996 e 2011, FURTADO, 2012, CARVALHO, 1963 e 1986; CARVALHO, 1978)

No entanto, tudo isso que foi apresentado não chega a ser bem uma novidade na Europa do período. Bem na verdade, isso está presente no cenário intelectual da Europa desde o Renascimento científico e cultural dos séculos XV e XVI. A circulação de impressos, de cartas e os contatos pessoais não é exatamente uma novidade desde este período, haja vista os contatos entre Thomas More e Erasmo de Roterdã ou mesmo as influências mútuas das teorias de Nicolau Copérnico, Giordano Bruno, Galileu Galilei e Johannes Kepler. Parte disto permanece constante como pode ser observado nas influências verificadas pela circulação de impressos, incluindo os censurados, em larga escala por todo o continente e fora deste, como os impressos que foram parar nas mãos dos diversos “revolucionários” americanos. A imprensa periódica, simbolizada pelas gazetas, em alguns casos parecidos com as revistas científicas de hoje ou em alguns casos com revistas de divulgação científica, tinham ampla penetração nas camadas letradas da época. A Enciclopédia, outro exemplo, teve muitos exemplares publicados até o final do século XVIII (Cf. BOTO, 1996, p. 33-4 e p. 40).

Além disso, vários intelectuais fizeram um amplo *tour* pelo Velho continente o que permitiu o contato pessoal entre eles. Isto pode ser observado no período em que Hume ficou em Paris, ou quando Rousseau foi para Inglaterra. Voltaire, por exemplo, foi à Prússia para trabalhar com Frederico I. Ainda podemos observar o caso de Dom Luis da Cunha, embaixador português, que passou a maior parte de sua vida fora de Portugal, que tinha entre outras funções comprar instrumentos científicos e livros conectados com as inovações do período. Na verdade o “*grand tour*” parecia ser parte integrante da formação de qualquer jovem que quisesse se dedicar a carreiras relacionadas as letras do período. Além disso, espaços como as Academias de ciências, de história e belas letras compunham um cenário de trocas fundamental a constituição deste movimento chamado Iluminismo. (Cf. FURTADO, 2012; CARVALHO, 1986 E 1963, DOMINGUES, 2001)

Então, qual era a grande novidade do Iluminismo? São muitas, mas a que pretendo apresentar e defender aqui é que a educação vai passar por uma mudança de sentido ao longo do período. Então se no princípio havia uma associação entre educação, civilidade e religiosidade isto vai se laicizando e a educação passa a ser cada vez mais defendida para a promoção e desenvolvimento do Estado Nacional (República) (Cf. Fonseca, 2009c, p. 17-32) e mesmo para a promo-

ção de interesse individuais. As transformações serão de tal monta que justamente devido, pelo menos em parte, às transformações pelas quais os sentidos que a educação passou que foi possível a formação de uma opinião pública bem informada e que pressionava os Estados e governantes por transformações deste o fim do século XVII na Inglaterra, a partir de fins do século XVIII na França e a partir de fins do mesmo século na América e outras partes da Europa. Portanto, com esses exemplos pode-se perceber que o Iluminismo teve uma ampla influência por meio da circulação de impressos sobre a Europa e obviamente foi apropriado de diversas maneiras, justamente por ter constituído uma grande opinião pública que terá impactos na atual produção científica baseada no sistema de avaliação pelos pares. (Cf. FURTADO, 2012)

Portanto, como uma primeira conclusão, pode-se perceber que houve sim a constituição de diversas cenas intelectuais na Europa e isso pode significar concepções diferentes sobre o papel do intelectual na época e do sentido das luzes e da educação no período. No entanto, devido aos diversos momentos de encontros, *tour*, academias, universidades, gazetas, salões e etc. havia possibilidades de nivelar os assuntos. E de qualquer forma um dos principais pressupostos do Iluminismo é a possibilidade, ou na verdade, a necessidade do debate público sobre os mais diversos temas. Na verdade pode-se dizer que esta é a principal inovação deste movimento intelectual desde o Renascimento. Com isso pode antever que as Luzes foram marcadas justamente pelas diferenças nas opiniões sobre os mais diversos assuntos e não pela sua homogeneidade.

A EDUCAÇÃO E OS SEUS DIVERSOS SENTIDOS

Uma primeira estratégia para compreender os sentidos que a educação assumia no século XVIII no mundo luso-brasileiro é buscar seus significados nos dicionários de época, para isto consultamos o de Raphael Bluteau, publicado entre 1712 e 1734, e o de Antônio de Moraes e Silva, na edição publicada em 1789, buscando com isto respeitar o recorte temporal da pesquisa que propus. A comparação entre os diversos verbetes relacionados à educação trazem não desprezíveis alterações apontando para mudanças nos sentidos relacionados à educação no mundo luso-brasileiro. A definição de educação para Bluteau é “criação, ensino para a direcção dos costumes”, ou seja, a educação neste período tem

a função de controlar os costumes ou comportamentos. Já no dicionário de Antônio Morais e Silva, educação aparece como “criação, que se faz em alguém ou se lhe dá, ensino de coisas, que perfeição o entendimento, ou servem de dirigir a vontade, e também do que .respeita ao decoro”. Neste dicionário além do sentido já presente em Bluteau existe o acréscimo de ensinar coisas que aperfeiçoem o entendimento. Provavelmente está se falando de ensino de matérias e disciplinas mais relacionadas aquilo que compreendemos hoje como educação formal. Além disso, o verbete incluiu significados relacionados à disciplina do corpo e das paixões. Esta diferença inicial parece indicar um aumento das funções da Educação ao longo do século XVIII se em Bluteau (1712-1734) a função da educação é a criação para os costumes, em Morais e Silva (1789) é criação como no outro dicionário, mas também é ensino de assuntos e conteúdos relacionados àquilo que hoje entendemos como escola, além de civilizar e controlar o comportamento/vontade e com isto respeitar os bons costumes.

No dicionário de Bluteau (1712-1734) o extenso verbete sobre o ensino apresenta vários significados, quase todos passam pelo ensino de artes, ciências, conteúdos, em geral com um método. Sendo assim, podemos observar isto na seguinte passagem:

Communicar, & dar lição do que se sabe. [...] Ensinar alguma arte, ou sciência, ser professor della [...] Ensinar a alguém alguma arte, ou sciencia.[...] Quando se quer ensinar huma cousa com methodo, & com ordem, sempre se há de começar pela definição della. As artes, que se costumão ensinar aos meninos, para os fazer capazes das letras humanas, ou das humanidades. (BLUTEAU, 1712-1734)

No entanto, o sentido moral ou exemplar ainda aparece no verbete quanto trata do seguinte sentido: “Certamente, que eu imaginava, que a virtude (se he cousa que com methodo se possa ensinar,) se ensinava aos homens com instrucções, & com o medo.” (BLUTEAU, 1712-1734). O verbete ensino neste mesmo dicionário ainda tem o seguinte sentido:

O que o mestre ensina ao discipulo[...] Ensino. Cortezia. Bom ensino. Mao ensino. Bello ensino. Huma das tres especies de cortezia. He tratamento de homens bem doutrinados, ou por experiencia da Corte, & da Cidade, ou por ensino de outros, que nella viverão. Vid. Cortezia. Tornando o pé a traz, por, Bom ensino.[...] Mao ensino. Vid. Descortezia. Escandalizado por hum mao Ensino, que lhe fizerão. (BLUTEAU, 1712-1734)

Portanto, aqui Ensinar e ensino carrega um duplo sentidos o de educar para viver em sociedade, para tratar bem ou com cortesia os outros e ao

mesmo tempo é ensino de artes, ciências e conteúdos importantes para os meninos.

Em Moraes Silva de 1789 ensino e, mais uma vez,

instruir alguém em arte, sciencia, ou qualquer coisa que elle ignora[...] ensinou-me filosofia; a dançar, a jogar, a cavalgar, a fallar, ensinou-me Latim, Grego, homem ensinado, o que aprendeu e se instruiu.[...] Menina e Moça era ensinado a livros de historia [...] Ensinar hum cavallo a manejar; o cão a fazer habilidades. § Cavallo ensinado, o que está para servir. [...] Escarmentar, mostrar o caminho, dar as confrontações delle, e as direcções, porque alguém se guie. [...] Os trabalhos ensino; a experiência, a observação, a conversação dos homens. § Educar..(MORAES SILVA, 1789)

Por derivação ensino neste dicionário é “instrução. Educação. Bom ensino, urbanidade; mau ensino, descortezia. Ensinos, conselhos, direcções, preceitos, máximas de se haver em algum negocio prudencial, ou moral.” Mais uma vez parece ocorrer alterações não desprezíveis ao longo do século XVIII. Em Moraes Silva o instruir alguém tem uma forte conotação em ensinar conteúdos ou matérias que alguém desconhece, podendo ser inclusive o sinônimo do que hoje chamamos adestrar um animal. Com isto, conclui-se, que o sentido que cada vez menos aparece neste verbete é relacionada a educação moral ou prudencial, ou seja, aquela que passa pela cortesia ou urbanidade.

Os verbetes instruir e instrução no dicionário de Bluteau(1712-1734) apresentam sentidos para o vocábulo que vão de “Ensinar. Dar ensinos. Instruir alguém na lingua grega. Instruir alguém para representante, ou comediante” até “Instruir alguém do modo, com que se ha de governar. Vou dando aos meus companheiros (quer dizer) aos meus criados de casa as mesmas instrucções. Instruir a alguém. Fazerlhe alguma advertencia.” ou ainda “A acção de instruir. Instrucção. Criação, Instrucção dos meninos.” até:

“Instrucção. Documentos, ou principios da doutrina, par conhecimentos das sciencias assi humanas, como divinas, como também para a vida moral. O meu modo de viver lhe sirva de instrucção. As mais Instrucções da polícia militar. Instrucção. Ordens particulares, que dão a Embaixadores, Enviados, ministros de princepes, Procuradores, Comissarios, &c. Para que saibão o modo com que se hão de haver nas negociações, que se lhe encomendão.”(BLUTEAU, 1712-1734).

Isto é instruir é educar os meninos tanto nos sentido de ensinar conteúdos ou conhecimentos como também dar ordens aos funcionários do Estado ou de sua própria casa.

Já no verbete aprender ou aprendiz no dicionário do início do século XVIII (BLUTEAU, 1712-1734) aparecem os seguintes sentidos respectivamente: “Fazer diligencia para saber alguma cousa [...] Aprendia em breve tempo, o que lhe ensinavão.[...] Em idade já adiantada não tinha Socrates vergonha de aprender a tanger viola[...] Os antigos aprendiam a tanger os instrumentos de corda.[...] O que tem aprendido logica. He preciso, que o Orador aprenda a Filosofia.”. Já o verbete aprendiz tem os seguintes sentidos: “O que aprende, ou que ainda não sabe bem algum officio, ou qualquer outra cousa.[...] Aprendis. Moço, que aprende officio. Onde falla dos aprendizes do famoso escultor Phidias.[...] Pouco exercitado; pouco destro. Sou aprendis neste officio. [...] Por alguém por aprendis em casa de hum mestre.” Já no dicionário de Moraes Silva (1789) os vocábulos significam “tomar, ou receber instrução, ensino, dar-se o estudo, *aprender artes*, e *sciencias*. Adquirir conhecimento e saber.” ou “o que, a que aprende, principiante, ou principiado em arte, ou officio”. A evolução do vocábulo parece indicar que se inicialmente ele denotava aprender qualquer tipo de conhecimento, sendo ele teórico ou prático no segundo momento o sentido da palavra parece indicar um tipo de conhecimento sempre mais prático ou demonstrável, sendo mesmo aprendiz servido somente para aqueles que aprendem um ofício ou arte e não ciências ou humanidade. Normalmente para este sentido usava-se a palavra, estudar, estudo ou estudante.

Falando nisto, esta contatação fica evidente nas transformações de sentido destes vocábulos nos dicionários. Em Raphael Bluteau (1712 -1732) estudo é “Aplicação do entendimento às letras. O estudo he exercício da faculdade intellectual, parte mais nobre do composto humano.” Já estudar é

Occuparse em aprender as letras humanas, ou divinas. Determino porme a estudar de veras. Hoje não se estuda, ou ninguém se applica às letras. Estudar alguma arte, ou sciencia. Eu todo este tempo estava estudando de dia, & de noite todo o genero de sciencias. Parece, que ninguém tem estudado com grande applicação esta sciencia que não tenha chegado a alcançar o que queria. A casa, ou Gabinete, onde se estuda. (BLUTEAU, 1712-1734)

Estudante é neste dicionário é “O que frequenta o Collegio para aprender.[...] que se exercitavão em recitar orações, ou aos que passavão toda a sua vida em estudar, & em compor livros, ou finalmente aos que ensinavão Rhetorica. Estudante de alum mestre”. Já em Moraes Silva (1789) estudar é “Ap-

plicar se a aprender, e saber sciencia, arte, estudar Leis, Filosofia, Grammatica, Appicar-se a fazer bem exercitando-se. Trabalhar com o entendimento, estuda como lhe agrade, e grangeie a vontade.”. Estudante é “o que cursa escolas de Grammatica até as sciencias sveras, em quanto se não doutora.” e estudioso o que é “contínuo no estudo, estudioso das letras, arte. O que ama, e gosta de possuir alguma coisa com seus trabalho [...] Feito com estudo, curiosidade.” Por fim, estudo é “aplicação do entendimento para saber alguma arte, ou sciencia. Reflexão para saber aver-se em alguma coisa. Faço estudo de agradar-lhe, todo o seu estudo he como ha de enriquecer. Cuidado, e applicação em qualquer coisa. Amor, afeição, o estudo das flores e aí mesmo, não se ponha nos cheiros nenhum estudo, Casa onde se dá lição.”

Sem entrar nos meandros da precisão conceitual da época, os vocábulos relacionados a educação apontam para alguns sentidos presentes naquele tempo. O primeiro deles esta relacionado à formação moral, ao controle das paixões, ao ensino da cortesia ou da urbanidade, ao tratamento dos outros e de seus subalternos, sendo homens de Estado ou criados de sua casa. Um segundo sentido está relacionado ao aprendizado das boas letras, das letras humanas e divinas, retórica, gramática e etc. Sendo este sentido mais relacionado a conhecimentos teóricos destinados aqueles que podem ter uma vida dedicada ao ócio. Um outro sentido aparece a partir da análise dos verbetes citados e está relacionado a conhecimentos mais práticos e até mesmos demonstráveis como os relacionados às artes, aos ofícios e às ciências. Por fim, outros dois sentidos aparecem. Um sentido estabelece que estes conhecimentos geram a possibilidade de ganhos e manutenção daquele que tem determinado conhecimento. Um último sentido está relacionado à utilidade de um determinado conhecimento e, consequentemente, com a possibilidade de engrandecer o país que incentivou o desenvolvimento de um determinado conhecimento. Veremos isto mais adiante, mas é necessário pensar um pouco melhor sobre quem são as pessoas ou grupos que mais lidavam com estes múltiplos sentidos relacionados à educação.

Será necessário agora caracterizar o perfil sociocultural dos intelectuais e com isto dizer também, de maneira mais ampla, quem eram os letrados da época. Obviamente, com isto, não se está dizendo que será feito aqui uma pesquisa exaustiva, mas

apenas pequenos inventários inclusive agrupando muitas dessas figuras em grupos, buscando indicar características em comum. Uma sugestão de organização destes intelectuais pode ser encontrada no livro de Júnia Ferreira Furtado (2012). No terceiro capítulo deste livro, inspirando-se em uma tipologia estabelecida por Roger Chartier, Júnia F. Furtado sugere a organização dos intelectuais portugueses ou como ela prefere *Emboabas Ilustrados* em três grupos. Ainda que a preocupação da autora esteja em caracterizar este indivíduos a partir da relação de estabeleceram com Dom Luís da Cunha, seu personagem de investigação, podemos traçar algumas considerações que pode ser estendidas para além desse recorte investigado.

O primeiro grupo seria formado pelos nobres de gosto que seriam “aqueles que por diletantismo e interesse se dedicavam a cultura, exercendo também importante patronato” (FURTADO, 2012:122). Em geral neste grupam ficam os grandes nobres que vinham se preocupando com a cultura, filosofia e ciências e que no limite financiavam a sua produção e aperfeiçoamento. Entre os representantes deste grupo pode-se indicar os próprios reis e príncipes portugueses do período como Dom João V, O Infante Dom Manuel, Dom José I, Dona Maria I e Dom João VI. Eram algumas vezes pessoas interessadas no desenvolvimento do conhecimento e para isso financiavam as pesquisas de vários dos intelectuais propriamente ditos. No caso português o interesse era no engrandecimento na nação que naquele momento era caracterizada como atrasada, até mesmo pelos portugueses cientes do que estava ocorrendo no restante da Europa (FURTADO, 2012; CARVALHO, 1963 e 1986, VILLALTA, 2011 e 2015; DOMINGUES, 2001).

No segundo grupo estariam os letrados que eram, em geral, “oriundos da nobreza, [ainda que nem todos] mas não dispunham de muitos recursos e dependiam da carreira administrativa para seu sustento e mesmo para sua ascensão social. Isso ocorria em geral porque, não sendo primogênitos, não eram os herdeiros dos morgados de suas casas nobres a que pertenciam. A carreira diplomática foi destino comum, na qual muitos desses jovens bem-nascidos iniciaram sua longa folha de serviços dedicados ao rei.” (FURTADO, 2012:130). Neste grupo estavam pessoas como o próprio Dom Luis da Cunha e Diogo de Mendonça e seu filho Diogo de Mendonça Corte Real. Em geral, estes homens se utilizavam de sua posição privilegiada no Estado,

para apoiar atividades ligadas ao desenvolvimento das ciências, artes e belas letras. Nesse sentido, o perfil biográfico de José João Teixeira Coelho, autor de *Instrução para o governo da Capitania de Minas Gerais*, como descrito por Caio César Boschi (2007) ou as vinculações entre ofício de Estado e desenvolvimentos científico (Cf. DOMINGUES, 2001), é paradigmático. Em geral estes homens buscaram fazer carreira na administração do Império português ou na relação das pessoas com o Estado português.

Por fim haveria um grupo de oficiais “que se articulava a esta República de Letras por ocuparem funções e ofícios cujo desempenho demandava uma cultura letrada, mas vinham de estratos sociais inferiores, não pertencendo à nobreza”. Exemplos desse grupo é o tutor do infante dom Manuel Martinho de Mendonça de Pina e de Proença ou os médicos portugueses de origem judaica, Antônio Ribeiro Sanches e Jacob de Castro Sarmento ou ainda Domingos Vandelli ou Antônio Verney, os dicionaristas Raphael Bluteau ou Antônio de Moraes Silva e os “brasileiros” Alexandre e Bartolomeu de Gusmão e mesmo o geógrafo francês contratado pelo Rei Dom João V para fazer a carta da América Jean-Baptiste Bourguignon d’Anville. Em geral, estes homens tinham poderosos protetores e patronos que apoiavam suas ações.

Talvez seria interessante pensar um quarto grupo entre estes “intelectuais” que embora não tivessem relação direta com o rei, tinham algum tipo de papel nesta República das Letras portuguesa como os advogados, físicos e clérigos, bem como os professores que de uma forma ou de outra tiveram contatos com o ideário iluminista do período. Alguns deste personagem históricos são bastante conhecidos da historiografia (Cf. CARVALHO, 1986 e FONSECA, 2009c e 2010).

No entanto, mesmo estes exemplos ainda que mais conhecidos não encerram todos aqueles agentes que estão relacionados a República das Letras. Sendo assim, podemos encontrar uma série de outros agentes históricos que tem suas trajetórias pessoais e familiares por vezes muito humildes e que não chegaram a frequentar Coimbra, mas tiveram alguma educação e buscaram se inserir socialmente e amealhar alguma distinção por meio de sua educação. Nesse sentido, mesmos brancos pobres ou mestiços sem muito recursos que conseguiram obter os rudimentos da “alfabetização” do período para se tonaram escreventes, membros do baixo clérigos, pequenos comerciantes e até, eventual-

mente, professores de primeiras letras e com isto ganharem distinção entre os seus de algum modo se enquadram neste último grupo.

Portanto, percebe-se com isto que a tipologia estabelecida por Furtado pode ser aplicada para diferentes contextos no Império Português ou mesmo para outras regiões ou países ainda que fazendo pequenas adaptações. Compreendo assim que esta tipologia é plástica o suficiente para auxiliar na compreensão de outras regiões e a partir dela pode-se antever as concepções que cada um dos grupos tinha em relação ao conhecimento e à educação é o que me interessa nesta tipologia.

Se para o primeiro grupo, os formados pela grande nobreza, e para o segundo grupo, composto pelos mais altos funcionários da coroa, o sentido preponderante do conhecimento e da educação estava relacionado a uma forma de deixar a vida mais prazerosa, pois se apropriavam do conhecimento por diletantismo. Por outro lado o conhecimento para estes grupos estava relacionado ao progresso de Portugal ou à proteção do Estado português. Sendo assim é bastante relevante a troca de correspondências entre o Dom João V e os governadores de Minas na década de 1720 e que foi parcialmente transcrita na Revista do Arquivo Público Mineiro². Em uma destas cartas o Rei parte do seguinte diagnóstico: “considerando-se que os povos das minas por não estarem suficientemente civilizados e estabelecidos em forma de repúblicas regulares, facilmente rompem em alterações e desobediências e se lhe devem aplicar todos os meios que os possa reduzir a melhor forma”. Parte deste diagnóstico está baseado na seguinte informação: “porque sou informado que nessas terras há muito rapazes os quais se criam sem doutrina alguma, que como são ilegítimos se descuidam os pais deles, nem as mães são capazes de lhes darem doutrina”. Tendo estas informações o Rei ordena que o Governador, Conde de Assumar: “trateis com os oficiais da Câmara das minas desse governo sejam obrigados em cada Vila a ter um Mestre que ensine a ler e escrever e outro que ensine latim e os pais mandem seus filhos a estas escolas e os ditos pais pagarão também aos ditos Mestres o salário correspondente.”

Portanto, a educação para estes dois primeiros grupos passa pela família, pois é obrigação da família por estes filhos para aprender a doutrina e sendo

assim os filhos se tornam mais obedientes às ordens de sua majestade, compreendem sua função subalterna naquela sociedade. Esta educação tem a função de civilizar e colocar os homens em seus devidos lugares, como súditos, controlar suas paixões. A educação aqui servia para controlar e pacificar as Minas do Ouro, também ela tinha a função de fazer progredir a exploração de Portugal sobre a região e fazer progredir o reino no início do século XVIII nos dizeres de Conde de Assumar, Dom Lourenço da Cunha e Dom João V por meio de seus conselheiros do Conselho Ultramarino.

Já para os demais grupos englobam funções e ofícios cujo desempenho demandava uma cultura letrada, mas vinham de estratos sociais inferiores, não pertencendo à nobreza”. Neste existe um terceiro grupo formado por homens que tinham uma relação direta com o Estado e puderam desenvolver suas atividades ocupando posições sólidas no Estado português. Furtado (2012) os chama de oficiais. Um quarto grupo que podemos nomear como doutores ou “intelectuais” não tiveram relação direta com o Rei ou com o Estado português, nem mesmo prestavam serviços à corte ou tinham algum tipo de papel nesta República das Letras portuguesa, mas em geral eram advogados, físicos e clérigos, bem como os professores de alguns das principais cadeiras do ensino básico e que com isso tiveram contatos com o ideário iluminista do período. Já um quinto grupo inclui aqueles que tem suas trajetórias pessoais e familiares por vezes muito humildes e que não chegaram a frequentar Coimbra, mas tiveram alguma educação e buscaram se inserir socialmente e alcançar alguma distinção por meio de sua educação.

Tendo em vista estes perfis é possível perceber um certo pragmatismo nas escolhas que fazem, não que isso seja imperceptível nos demais grupos e principalmente no segundo grupo. Para estes últimos grupos o conhecimento também tinha o fim específico do engrandecimento de Portugal, mas também da humanidade em geral. Sendo assim, o conhecimento e a educação aqui tem uma função civilizadora. Ou nas palavras de Furtado (2012:115): “Philosophes iluministas, onde quer que estivessem, acreditavam que eram portadores de uma missão transformadora, cujos intelectos seriam capazes de, como uma luz, civilizar a cultura, afastando-a do arcaísmo na qual estaria inserida”. Assertiva que tam-

2 A historiografia sobre o tema é longa e aqui estou me baseando nos textos de Boto (2015), Boto (1997), Carvalho (1963), Carvalho (1986), Carvalho (1978), Dias (1978), Domingues (2001), Fonseca (2009c), Furtado (2012), Moraes (2007), Russell (1977), Villalta, (2011), Villalta, Moraes e Martins (2015), Zuribi (2004).

bém é registrada por Carlota Boto (1996).

No entanto, não era somente este significado que a educação tinha para estes grupos, ela tinha algo de pragmático que pode ser ilustrada em uma citação que Júnia Ferreira Furtado (2012) faz de Dom Luiz da Cunha: “Que diabo de flato lhe deu para pedir licença no tempo em que el rei lhe faz a maior confiança? Ser philosophe e muito bom; mas não ter que comer é muitas vezes mau” a partir dessa citação é possível antever que a educação e o conhecimento para estas pessoas é o que pagava as contas, portanto não era mais que um trabalho no qual a educação/erudição poderia fazer toda a diferença. Por isto, mais uma vez, faz sentido aquilo que Raphael Bluteau (1712-1734) registra no verbete sobre o Estudo quando informa que se o estudo é “Aplicação do entendimento às letras. O estudo he exercício da faculdade intellectual, parte mais nobre do composto humano. Se não fora o estudo deleite do espirito, seria luxuria. Para se aproveitar desta deliciosa occupação, he preciso, renunciar as delicias da vida.” ou seja, o estudo disciplina o corpo controla as paixões, a luxuria, pois o “estudo pede descanso & assento.”. Além disso, o estudo “Tem [...] notaveis conveniências. Desterra o ocio, desperta a prudencia, modera os appetites, afia a lingoa, dá nos cargos, & officios da República autoridade, graça na conversação, honra nas academias, & gloria na posteridade.” Isto é, para os intelectuais e homens de Estado o estudo ou a educação mais que somente trazer o progresso para Portugal serve para educação moral da juventude e ainda lhes dá a glória para a posteridade, pois segundo Bluteau (1712-1734) no mesmo verbete, “Pinta-se o estudo em figura de homem moço, porque a adolescencia he docil, & mais própria para tomar doutrina,” Além disso, para os intelectuais as letras trazem prosperidade, emprego e glória. Porque a função do estudo, da pesquisa é dar resultado, pois “Seria desdouro da sabedoria, o não dar fruto”. A partir daqui que percebemos a valorização mais pragmática da educação para os intelectuais que querem levar o “progresso” as “luzes” para a humanidade, é claro, mas também Bluteau (1712-1734) enfatiza as rivalidades e competições entre os membros da República das letras: “Nas Universidades, o primeiro motor deste ceo he a ganancia. Criarão as escolas bolor, se se não untarão as cadeiras.”.

Parte destes múltiplos sentidos está registrado em Carlota Boto (1996, p. 48-67) e na citação que Fonseca (2009c, p. 24) faz do verbete educação da

Encyclopédie dos Iluministas. Neste caso é importante a transcrição literal de parte da citação:

sua educação é, pois, o objeto mais interessante, 1º para eles mesmos, que a educação deverá ser tal que eles sejam úteis a esta sociedade: 2º para suas famílias, que eles deverão sustentar e honrar: 3º para o Estado, que deverá colher os frutos da boa educação que recebem os cidadãos que o integram. (DIDEROT; D’ALEMBERT, Apud, FONSECA, 2009c.)

Isto é, tanto quanto levar as luzes à humanidade ou o permitir o engrandecimento do Estado, educação é o que permite estes “intelectuais” sustentarem e honrarem suas famílias. Os sentidos que a educação assume nos testamentos das Minas setecentistas não estão expostos como em um dicionário ou mesmo como nas instruções que o rei mandava ao governador desta capitania. No entanto, estando atento ao que se apresenta nas entrelinhas é possível identificar os principais sentidos relacionados à educação que estão presentes nestes documentos. Primeiro, no entanto, é importante compreender os sentidos que os testamentos tinham para aquela época. Em trabalhos anteriores (ANGELO, 2013a e 2013b) defendi que os testamentos são um tipo de documento que acompanha a humanidade a muitos séculos e isto tem impactos na leitura que devemos fazer deles. A existência deste tipo documental remete, pelo menos, aos romanos, se não antes. Por isto, já naquele período tinham havia a preocupação de registrar a últimas vontades do testador em relação aos seus bens. Além disso, havia a preocupação de apresentar uma biografia coerente e deixar uma imagem de bom cidadão. Portanto, este tipo de documento guarda uma ambiguidade em seu próprio nascimento, afinal busca tratar e dar providências aos bens materiais deixados pelo testador e, ao mesmo tempo, tratar da imagem que este deixa a posteridade e seus herdeiros, bem como, busca apresentar um projeto de futuro para seus herdeiros e com isto detem características pedagógicas.

Com a chegada dos tempos cristãos e em especial o período moderno o ato de testar é reanimado, pois neste contexto existe a retomada do direito romano e o testamento é um destes elementos retomados no direito de sucessão. Neste contexto, a preocupação com a salvação de sua alma faz com que o testamento ganhe um nítido caráter religioso. Isto é, este documento passa a tratar não mais somente do que o testador queria que fizessem com seus bens, mas também com aquilo que deveria ser feito em relação a sua alma e a de pes-

soas próximas depois da agonia final. Justamente neste período o testamento chega ao seu momento de maior complexidade em termos de elaboração e redação. Neste momento o testamento ganha as funções de garantidor da salvação da alma do testador, de dar a saber os motivos das ações dos testadores e com isso de dar coerências as ações passadas, garantir a distinção e a pompa, por meio dos ritos fúnebres, que o testador acredita merecer e ao mesmo tempo é neste momento o testador faz transmitir suas lições e exemplos aos seus entes queridos e também, como é a ênfase neste estudo, às gerações seguintes. Sendo assim, o ato de testar é um momento especial para compreendermos as estratégias educativas dos testadores em relação às gerações seguintes. No universo luso-brasileiro do século XVIII, e especialmente nas Minas do Ouro deste período as práticas educativas de uma geração em relação às seguintes tinha formatos distintos daquelas que tradicionalmente se tem em mente. A precariedade das escolas do período não impediu que os pais, parentes em geral, padrinhos e mesmo amigos da família expressassem suas expectativas e traçassem planos, inclusive, educacionais, mas sobretudo formativo de uma maneira geral para seus herdeiros (Cf. CAMPOS, 1994; PAIVA, 2015; ANGELO, 2013a e 2013b).

Relacionado ao sentido moral e religioso da educação, os testadores de Minas no século XVIII buscaram legar um exemplo aos seus entes queridos e herdeiros, por isso o bom cristão/testador devia preparar seu próprio futuro, em geral isto fica evidente, quando determinam em detalhes os ritos fúnebres que devem ser feitos após seu falecimento.

Assim, quando se fala em práticas educativas para o século XVIII não se está falando de ensinar a ler e escrever e sim de ensinar um caminho para a formação e segurança dos irmãos Eugênia e Francisco, bem como a seus escravos Domingos e Manoel. Exemplo de como ocorria a educação/formações das gerações seguintes por meio dos testamentos está nas últimas vontades de José da Câmara³, registrado em Vila Rica no ano de 1778. Declara ele ser “natural da freguesia de Santo Andre de Barcelinhos extra muros da Villa de Barcello Arcebispado de Braga filho legitimo de Manoel Ribeiro dos Santos e de sua mulher Catarina da Crus já falecidos”. Em seu testamento José informa que, “Meu corpo será amortalhado no habito da Ordem de Christo de que sou cavaleiro profeço ungido com o cordão do meu

seraphico Patriarcha Sam Francisco de que sou idigno filho na sua ordem terceira da Penitencia e será sepultado na capela da mesma ordem acompanhado porela e por todos os mais sacerdotes da minha freguesia aos quaes como ao Parocho se dará se dará a esmolla costumada”. Este é apenas um dos vários exemplos que podemos encontrar nos testamentos deste período em região. Quase todos os testadores têm preocupação de expressar em detalhes seus ritos fúnebre claro que respeitando os limites financeiros de que dispõe. Em muito casos eles se vinculam a ordens terceiras e irmandades que auxiliam neste momento final sem deixar de apresentar a distinção e pompa que o testador acredita merecer. Isto é, ao se vincularem a estas organizações dão o exemplo de bom cristão e ao mesmo tempo garantem que seus ritos fúnebres serão cumpridos. Isto fica evidente no mesmo testamento de José da Câmara quando registra:

Declaro que sou Irman da Irmandade [...] do Senhor dos Pasos e da Senhora das Mercês dos Perdoens nesta Villa e quero que me acompanhem e fação os sufragios dos compromisos e se lhes pague o que se lhe dever e declaro que fui official da Irmandade do Santissimo Sacramento em Antonio Dias desta villa e nam sou Irmam de compromisso porem quero que me acompanhe e se lhe dé a esmolla de trinta mil reis e eu Irmandade das Almas por me acompanhar se lhe dará a esmolla de oito mil reis e a Irmandade da Senhora da conceição minha padroeira [deteriorado] companhar se lhe dará a esmolla de trinta mil reis e a minha Irmandade de Senhora das Mercês vinte mil reis e a ordem terceira do meu Seraphico Patriarca Sam Francisco digo o Patriarcha se lhe paga o que eu dever e para ajuda de Sua obra lhe deixo trinta mil reis//

Este é apenas uma dos muitos exemplos que podemos citar em relação as práticas fúnebres do período. É claro que a principal função deste detalhamento é garantir a pompa e a distinção que o testador acredita merecer, mas não podemos menosprezar o sentido pedagógico que esta prática tem em relação às gerações seguintes. Neste sentido, José da Câmara, por ser solteiro e nunca ter sido casado deixa às gerações seguintes seu bens por terem sido “adequiridos nesta terra e nam herdados e porço instituo estes meus herdeiros [Jacinta Ribeiro sua Irmã e na falta dela seus filhos, sobrinhos de José] nas duas partes de meus bens reservando a minha tersa somente”. Como bom cristão que era, assim como muito outros na região e período, José era um homem preocupados com os futuros das ge-

3 Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, v. 31, 1980.

rações seguintes, em especial, sobrinhos, afilhados e crianças com as quais tinha um especial carinho e por isso registrou:

Deicho a meu Irmao Belchior Ribeiro dos Santos morador na freguesia da Itauberaba duzentos mil reis e sendo falecido pasará a seus herdeiros// Deixo a minha afilhada filha de Manoel da Sylva Guimaraes para tomar estado trezentos mil reis// Deixo ao meu afilhado filho digo afilhado Joao filho de Andrea de Ceas Lobato cem mil reis de Antonio de Cerqueira cem mil reis// Deixo a huma pardinha por nome Maria que se acha em casa de Ventura da Costa Rangel filha de huma crioula por nome Bernarda para tomar estado huma morada de casas que tenho na rua direita de Antonio Dias e cem mil reis// Deixo a minha afilhada Branca injeitada por nome Felecianna que se acha em casa de Dona Teresa Maria de Oliveira para ajuda de tomar estado cem mil reis// Deixo a minha afilhada filha de Valentim official de Alfaiate e de sua mulher Anna moradores na Rua de Santa Quiteria cinquente mil reis// Declaro que tenho huma crioula por nome Felipa a qual seus filhos já dey liverdade meus testamenteiros lhe comprarão huma morada de casas a custa de meus bens athe sento e vinte mil reis pouco mais ou menos e lhe entregarão assim como tambem a louça de estanho colheres delatao Trempes game-las mezas velhas catres velho e alguma calxas dos meus usados e lhe darao meus sinquenta mil reis em atenção ao bem que tem me servido// Declaro e instituo herdeiros remanentes de minha fazenda Francisco Antonio de Arauho casado com huma Sobrinha minha filha de minha Irmaa Jacinta Ribeiro//

Percebe-se nesta passagem que mesmo não tendo herdeiros forçados não deixa de se preocupar com o futuro das gerações seguinte e sempre que possível deixa algum valor para a ajudar no dote de casamento das mulheres e em alguns casos deixa valores para seus sobrinhos sem vincular este valor a qualquer atividade, mas que podemos aventar estar relacionada ao início de sua vida e a oportunidade de conseguir um bom casamento caso o homem tenha uma boa situação financeira. Tudo isto indica uma preocupação de ensinar uma moral para as gerações seguintes ao mesmo tempo que relaciona bens materiais com bens culturais ou simbólicos como casamento. Podemos ainda aventar que estes valores possibilitariam aos herdeiros começar um negócio ou mesmo gastar em seus estudos. Em alguns casos José da Câmara deixa mesmo bens de raiz para que seus herdeiros possam começar suas vidas com maior tranquilidade. Dado a função dos testamentos para aquela época é possível perceber a tentativa de deixar uma mensagem, um exemplo aos seus herdeiros e com isto se estabelecerem com distinção em seu tempo e lugar.

É possível que vários deste legados estão relacionados ao que o Doutor Silverio Teixeira pediu

que José Câmara fizesse, pois ao final desta passagem o testador registra que ficou incumbido de umas determinações e como testamenteiro, provavelmente, devia seguir o que estava em

huma carta fexada escripta pelo mesmo e assignada por mim a qual meu testamenteiro vera com todo o segredo cumprirá o que nelle lhe determino para o que há bens do mesmo em meu poder e constarão dos papeis que tenho em meu poder digo tenho se custará nesta parte pelo juramento de meu testamenteiro de que tem cumprido ficando porem obrigado nesta parte a nam dar passo sem se emformar e consultar o dito Reverendo Doutor por he ter declarado varias circunstancias necesarias// [...] Deixo o meu afilhado Joao Filho de Magdalena da Silva Parda forra já falecida moradora que foi na pasagem cem mil reis//[...] Declaro que deixo a Genoveva Rosa da Silveira cem mil reis// Deixo a huma minha afilhada filha de Francisco Alves morador no Caquonde cem mil reis Deixo a minha afilhada filha de huma cabra Luísa que acompanhava[...] o Padre Jose Antunes que foi para o Rio de Janeiro cinqüenta mil reis//

Legar estes bens, muitas vezes vinculando isto a uma tarefa parece indica a preocupação em dar exemplos nesta hora derradeira, não se apegando aos bens materiais e os doando a seus parentes, consanguíneos e rituais, pois se aprende o controle das paixões ou mesmo conhecimentos em geral pela imitação, pela observação e mesmo pela experiência. O sentido destas doações fica mais claro quanto no final de seus testamente, na verdade em um codicilo que produz anos mais tarde na seguinte passagem:

Deixo os meu escravos Joao Banguella Domingos Congo Francisco Nago mina forros isentos de toda escravidão pelos bons serviços que me tem feito e se acadonam se acharem suas cartas de alforria por meu falecimento meu testamenteiro lhas passará// E a todos deixo de legado esmolla vinte oitavas para comprarem ferramenta para trabalharem// Tenho hua[...] negra crioula por nome Laurianna que por incapas de todo o serviço e por nam ser enganado quem a comprar como a [...] me succedeo quando a compreo a deixo liberta e isenta da escravidão pello amor de Deos e meu testamenteiro lhe pasara carta//

O exemplo é a principal ferramenta de educação como fica evidente no testamento de João da Câmara. As práticas educativas daquela sociedade para com as gerações seguintes podem ultrapassar as relações consanguínea e ganham um caráter de exemplares quando vêm de outras pessoas que tem alguma distinção naquela sociedade.

Outro documento que nos esclarece muito sobre os sentidos e as funções das práticas educativas nas estratégias de distinção social presentes no período em tela está no testamento do Padre Baptista

Ferreira⁴ registrado em Ouro Preto no ano de 1755. O padre, que declara ser natural da Freguesia de “S[anto] Andre de Sousello de lugar de Fente conerta donde nasci e fuy baptisado Bispado de Lamago f[ilho] legitimo de Ant[onio] da Fon[ceca] e de sua m[ulher] Ma/²⁹⁹ rianna Fer[reira] da S[ilva] ambos já deff[untos]//” Além disso informa que não tem filhos e nem os teve “em tempo algum nem herd[eiros] forçados//” No entanto, não deixa que legar bens para as próximas gerações ao informar que deixa a uma sobrinha “M[aria] casada em Arrefana de Sousa com Gregório de Sousa sincoenta mil reis por esmolla por huma so ves//”. Deixa a também à várias outras pessoas

Deyxo por esmolla por huma so ves a m[inha] sobrinha Donna M[aria] Violante casada com o D[outor] Des[embargador] M[anoel] Jose de Faria e f[ilha] de meu Irmao P[edro] da Fon[ceca] Ferr[eira] Já deff[unto] moradora na Cid[ade] do Porto quatrocentos mil reis// Deyxo a m[inha] afilhada q[ue] por nome não perco f[ilha] de Joao Rib[eiro] Lima m[orador] na Cid[ade] do Porto e calcada de Monte que por esmolla por huma so ves dusetos mil reis// Deyxo a m[inha] afilhada Donna M[aria] f[ilha] do Tem[ente] general Ber[nardo] da S[ilva] Ferrao por esmolla por huma so ves dusetos mil reis// Deyxo por esmolla por huma so ves a m[inha] afilhada f[ilha] de Jeronimo de Castro e Sousa m[orador] nesta freg[uesia] ou afilhado do q[ue] por nome não perco sincoenta mil reis//

Todas estas doações parecem indicar uma preocupação com um futuro mais confortável para gerações seguintes. Não é este o caso, mas, em geral, estas doações são feitas às afilhadas, órfãs ou sobrinhas desde que tomem o estado de casadas, como foi apontado na análise do testamento de José da Câmara. Porém, as doações aqui apreço reconhecer e dar a recompensa por algumas delas já terem se casado. Ou seja, parece ocorrer aqui a confirmação de que as gerações seguintes estão tomando o caminho certo. Outra observação que é possível de fazer sobre este testamento é como o compartilhamento de um determinado capital cultural pode ser extraído dos bens móveis possuídos pelos pelo testador. Isto indicar um compartilhar de gostos e eventos sociais nos quais os pares se encontravam. Afinal qual outro sentido de registrar estes bens em tantos detalhes em um testamento? Sendo assim o Padre Baptista Ferreira assim registra seu bens móveis em seu testamento:

Declaro q[ue] os bens moveis q[ue] ao pres[ente] posuo são os seg[uintes] hum breve da marca de ouro com o seu trance semdo mesmo que tudo pesa quarenta e quatro outavas e meya de ouro e outro Castilho de ouro com seu trancasem q[ue] tudo pesa o q[ue] se achar e nesta huma reliquia do S[anto] lenho huma corrente de ouro de braço e mais dou anes de ouro com pedras de Diam[antes] hum relógio e sua corrente tudo de ouro outro relógio de prata duas salvas de prata hum copo de prata de água huma caleura de prata com sua corrente p[ara] água e quatro colheres e outros tantos garfos tudo de prata hu mas esporas de botas de prata e outras de sapatos e o mais q[ue] se achar deste metal assim de ouro como de prata E assim mais posuo [...] hum penteador fino de barba com sua toalha grande guarnecido com boas rendas ainda não servico huma toalha de mesa grande de coarto e outra toalha de mesa com seis guadanapos e dose toalhas demecons tudo lavrado q[ue] ainda estão em folha m[uita] roupa branca assim de sançoens como de camisas e traveceiros// [...] e alguma louca da Índia como xicras o pires com o mais q[ue] se achar todo necesario p[ara] auto da casa e assim tambem vários livros assim de moral como de estórias dous jogos de breve [deteriorado] hum jogo com broxas de prata//

A posse de jóias, de assessórios de roupas em metais preciosos, de livros, de talheres de prata e utensílios de cozinha de louça da índia indicam a busca e manutenção da distinção no espaço social de Vila Rica do século XVIII. A compreensão que a posse destes itens parecem indicar outras coisas que não somente ser rico, mas também ter civilizado. Qual o sentido de registrar isto no testamento? Acredito que pelo registro ser feito muitas vezes em detalhes isto está relacionado a necessidade de demarcar uma posição social. A posse e a ostentação de um índice de distinção como as jóias, utensílio de cozinha e jantar, livros, móveis ou outros utensílios parecem indicar o pertencimento a um grupo e ao mesmo tempo esta prática contem um caráter pedagógico exemplar, pois indica àqueles que serão membros, pares grupo quando poderão e terão condições de ostentar tal objeto. Isto fica claro também no testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia⁵, registrado em Sabará no ano de 1752 e que tratamos parcialmente no capítulo anterior. Neste testamento observamos a seguinte passagem:

Declaro que não mão do Reverendo Doutor Vigario Geral o Senhor Lourenço Joze de Queiros Coimbra, [...] se acha hum faqueiro que consta de huma duzia de colheres de prata, outra duzia de garfos, e huma duzia de facas com cabos de prata que de sua caza mandou buscar o Dezembargador, Diogo Cutrim de Souza como consta de hum escritinho que se há de

4 IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento de José da Camara 02/04/1778

5 IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento do Padre Baptista Ferreira 14/10/1755

achar entre os papéis avulsos do Dezembargador, Diogo Cutrim de Souza na ocasião que esteve hospedado na casa do dito Reverendissimo Senhor, o Excellentissimo Senhor Dom Frey João da Cruz, o qual faqueiro me custou duzentos mil reis em Lisboa, e posto aqui nas Minas, e querendo o dito Reverendissimo Senhor ficar com elle dando os ditos duzentos mil reis meus testamenteiros lho deixem ficar pello dito preço. [...] Declaro que pessuo mais hua livraria com bastantes volumes de direyto e destes estão nas mãos do Doutor Joze Telles da Sylva, os textos de direyto Canonico, e hum dos textos de direito Civil.

A posse deste tipo de objeto que contem um valor para além do sentido em si do objeto é indicativo de pertencer a um grupo distinto desta vila. Afinal possuir um faqueiro de prata em uma vila que naquele período tinha muito pouco acesso a esse tipo de objeto. A prática dos empréstimos e trocas indicam pessoas que podem e merecem ter aquilo que é trocado, os pares. Principalmente quando se fala de objetos que carregam sentidos relacionados à civilização, instrução, educação e cortesia. Não gratuitamente livros e talheres são trocados ou emprestados entre os membros deste grupo. Esta prática guarda também um caráter pedagógico exemplar, pois indica quais são as verdadeiras boas maneiras além de, ao mesmo tempo, fechar e indicar os membros do seu grupo, ou seja, aqueles com os quais se pode trocar objetos que todos sabem o sentido. Isto é, todos sabem para que serve este objetos trocado. Aqui falamos mais uma vez de uma educação que tem um sentido de controlar a paixões, indicar uma moral e apontar o que são as boas maneiras e a cortesia. Também não podemos deixar de apontar os sentidos que isso podia ter para as gerações seguintes que por meio de doses homeopáticas compreendiam os sentidos e os significados embutidos nestas ações.

Exemplo de um controle mais formal está no testamento de Paulo Machado Portella⁶, registrado em Vila Rica no ano de 1747. Neste documento o testador informa que é “natural da freguezia de Sam Martinho de [Esquaris] Conselho da Portella das Cabras arcebispado de Braga”. Ainda informa que é “filho legitimo de Domingos Gonçalves Portella e de sua mulher Maria Machada ambos já defuntos, e nestas Minas sou cazado com Anna Maria da Con-seissão de cujo matrimonio não temos filho algum”. Porém, “no tempo de solteiro” Paulo teve “hum filho e duas filhas chamados Joze, Maria e Anna os quais” instituiu por seus herdeiros sendo que “Maria

hé cazada com Antonio da Costa Mascarenhas”, seu genro.

Em seu testamento Paulo registra sua preocupação com seus filhos, em especial José, e nomeia por tutor de seus filhos o seu compadre Manoel Luis de Oliveira “a quem pesso pello amor de Deos os eduque e Castigue como filhos seus e se o meo filho Joze for mal prossedido e por[auvilho] quero que o dito tutor o repreenda e castigue e se não tiver emenda pesso ao Senhor General o detremine para a Collonia ou India.”. É interessante que o pai mesmo deixa claro que tipo de punição do filho deve receber caso não siga aquilo que é recomendado. Isto é, com isto temos uma recomendação educacional muito clara para o tutor que passava pela educação e a punição. Tendo em vista a proximidade e confiança que o testador tinha no jesuítas como aponta o trecho a seguir.

Deicho a hua sobrinha de minha molher chamada Antonia Bernardina do Anunciada natural da Ilha Treseira duzentos mil reis e se compre hua morada de cazas na Cidade na paragem mais conveniente que dever cuja morada de cazas serão para a dita Antonia Bernardina e dela passarão pera digo passarão a hua filha da dita e desta hirão sempre correndo pella linha femenina da linha reta sempre e nunca se possa tirar da dita linha femenina cuja compra correrão por eyleys-são dos Reverendos Padres da Companhia de Jezus da Ilha Tresseira e so assim poderá algua das possuidoras das ditas cazas se tiver hum filho só este se quizer ordenar o poderá fazer fazendo patrimonio nas ditas cazas não tendo Irmã femia e se acabar a gerassam am alua sem susessam femenina se poderão entam vender as cazas o produto dellas manda-lo dizer em missas pellas almas de sua obrigassam e do Porgatorio. Deicho a Sam Francisco Xavier no Convento da Companhia da Ilha [...] des mil reis em remonerassão dos trabalhos que os Reverendos Padres am de ter com a compra das cazas que assim digo cujo dinheiro de hua e outra // de hua e outra esmolla o meu Testamenteiro entregará ao Reveremdo Padre Reitor do Collegio do Rio de Janeiro puder este o remeter para o Colegio da Ilha Tresseira e com recibo do dito Reitor do Rio se levará em conta o meu Testamenteiro

Tendo em vista este tipo de relação e mesmo a nomeação do Padre Jozé Luis de Oliveira como seu testador é provável que a educação que Paulo queria para seu filho José passava em algum momento pela ida a um Colégio da Companhia de Jesus, no Rio ou nos Açores. Talvez por isso deixar uma casa a sua sobrinha e outras parentes na Ilha Terceira, isto seria uma forma de pagamento e uma forma de garantir a estadia do filho na região. Ainda que o tutor de seu

6 APM/CMS-020, Fls. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752

filho fosse seu compadre Manoel Luis de Oliveira, podemos aventar inclusive que José e Manoel fossem parentes o que indica uma aliança entra as duas famílias para garantir a educação das gerações seguintes. Pesando ainda para esta interpretação parece que Paulo fazia questão que transmitir a valorização da educação e do aprendizado da escrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período as luzes buscavam sepultar aquilo que ainda restava de medieval na cultura da Europa e isso era simbolizado pela atuação dos Jesuítas e sua filosofia escolástica. Autores como John Locke, Voltaire e outros foram apropriados das mais diferentes formas pelos portugueses e estes buscaram, assim que possível, aplicar os princípios do Iluminismo em Portugal. Parte disso, pode ser sentido na grande reforma educacional que Portugal empreendeu ao longo da segunda metade do século XVIII, em que pese já ser sentido desde o início do século XVIII. A partir desse momento tudo aquilo que estava relacionado à Educação foi alterado. Claro deve estar que essa reforma foi marcada por disputas, mesmo no momento de sua implantação, mas as concepções de conhecimento e transmissão deste conhecimento ficaram marcadas indelevelmente pelas luzes e pela reforma pombalina da educação⁷.

Inicialmente busquei apresentar o significado do conhecimento para estes homens ilustrados. No caso de Portugal do século XVIII Furtao(2012:117:8) fala que, “pode-se observar, durante o período joanino, a ocorrência do fenômeno das Luzes. Ali houve a articulação de um grupo de intelectuais em torno do rei, que, sob um viés que chamamos iluminista, busca instrumentalizar o seu saber colocando-o a serviço do Estado, especialmente o novo saber de cunho científico”. Isso tudo ocorria em Portugal porque os intelectuais da época compreendiam a situação de Portugal como de atraso. O conhecimento a partir deste momento seria instrumentalizado para o crescimento do país.

Sobre a transmissão do conhecimento é importante o que Villata (2011:160) escreve,

Nos quadros do reformismo Ilustrado, a discussão travada sobre a educação, por sua vez, teve uma conotação claramente política. [...] Entendia-se,

ademais, que havia a necessidade de uma força que promovesse esse progresso – e essa força seria a Coroa, que deveria regular e controlar a educação estatal e consequentemente, para o bem público. (VILLALTA, 2011: 160)

Portanto, de maneira geral o que se percebe para a Europa como um todo e para Portugal em específico que os intelectuais Ilustrados estabeleceram que o conhecimento anterior não era mais suficiente para compreender uma determinada realidade e trazer algum progresso. Sendo assim, o conhecimento válido é aquele que faz um país ou região progredir, avançar em geral economicamente (Cf. BOTO: 2011: 11-9). Para isso era necessário valorizar o conhecimento racionalmente e experimentalmente produzido. Com isso as ciências modernas como a filosofia natural, a medicina, a cartografia entre outras serão cada vez mais valorizadas. Porém, deve se perguntar por quem estas ciências eram valorizadas? Portanto, pode-se compreender que o conhecimento devia partir da prática, da experiência, pois ele seria aplicado a administração pública. Villalta(2011: 162) enfatiza que “Pompa tinha por objetivo criar uma nova elite cultural, mais aberta a um pensamento racional e empírico, e disseminar uma nova mentalidade na sociedade portuguesa, europeizando-a.”

Tendo em vista o que foi apresentado neste artigo podemos inferir que o sentido mais público dado à educação e conhecimento em Portugal estava relacionado a superação do atraso no qual se compreendia que este país estava. Porém, ao se falar assim desconsidera-se que muitos dos intelectuais portugueses do momento estavam completamente inseridos no movimento Iluminista e que este país Ibérico fazia parte da Europa intelectualmente falando. Isto é, o diagnóstico de Portugal estava atrasado em relação a Europa era mais ou menos compartilhado em todo o continente. No geral a oposição escuridão/luzes estava presente no discurso de todos os intelectuais ilustrados, homens letrados e homens públicos do período e esta metáfora foi muito utilizada em Portugal.

A multiplicidade de cenas intelectuais que existiam na Europa do final do século XVII e no século XVIII e o esforço que os intelectuais do período faziam para se colocarem a par de tudo o que ocorria na República das Letras é natural que os diversos intelectuais do período tivesse ideias diferentes sobre

7 Arquivo Histórico da Paróquia do Pilar - LIVRO DE REGISTRO DE TESTAMENTOS - Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747

papel do conhecimento e da educação para a humanidade e para eles próprios. Em Portugal, mas em outras regiões é possível perceber uma compreensão mais pragmática deste conhecimento, pois, em geral, os intelectuais do período utilizavam seu conhecimento, sua erudição para, além de levarem as luzes, a civilização aos rudes e brutos, sustentarem suas famílias. Foi apresentado é que os letrados do período vinham de estratos sociais muito diferentes e que por isso davam sentidos ou ênfases diferentes a educação e ao conhecimento. Claro que muitas vezes os sentidos eram parecidos, como no caso do papel do conhecimento para o engrandecimento de Portugal, mas também distintos quando os nobres de gosto atribuem prazer ao conhecimento e os demais grupos compreende as letras como meio de receber a glória, as mercês e o seu sustento. Também pode-se ver sentidos menos nobres como ganância e imortalidade. Afinal se não fosse isso criaria bolor as cadeiras da Universidade. Pode-se dizer que mesmos outros estratos sociais dariam outros sentidos a educação, pensando que ela poderia ser uma distinção em um determinado espaço social ou que educação seria eminentemente exemplar para amplos setores sociais.

FONTES

IMPRESSAS

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXX, 1979.

Revista do Arquivo Público Mineiro. Ano XXXI, 1980.

BLUTEAU, Raphael Padre. Vocabulário Português e latino. Coimbra: Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1734. 8 vol..

SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo padre Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio de Moraes e Silva. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789, 2 vol..

MANUSCRITAS

AHPP - LIVRO DE REGISTRO DE TESTAMENTOS - Volume 1922- Testamento de Paullo Machado Portella 05/10/1747

APM/CMS-020, Fls. 106v-109v Testamento de Bartholomeu Gonçalves Bahia 08/01/1752

IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento do Padre Baptista Ferreira 14/10/1755

IBRAM-MI-AHCP – Volume 0002 (Livro 44) - Testamento de José da Camara 02/04/1778

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia . Quem lia no Brasil colonial?. In: XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2001, Campo Grande - Mato Grosso. Anais do XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande - MT: Intercom, 2001.

ARIÉS, Pilippe. E BÉJIN, André (Orgs.) *Sexualidade ocidentais: contribuição para a história e a sociologia da sexualidade*. São Paulo: brasiliense, 1985.

ARIÉS, Philippe. *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982. Vol. 2.

BOTO, Carlota. O curso de medicina da universidade pombalina: ciência e pedagogia no Iluminismo português. In.: FONSECA, Thais. N. L. E. (Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

BOTO, Carlota. A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996. (Encyclopaidéia).

CARVALHO, Rômulo de. Apontamento sobre Martinho de Mendonça de Pina e de Proença. *Ocidente*, Lisboa, v. 65, 1963.

CARVALHO, Rômulo de. História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CARVALHO, Laerte Ramos de. As reformas pombalinas da instrução pública. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Saraiva S/A. 1978.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. n.278. 1968.

DOMINGUES, Angela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português

em finais do Setecentos. História, Ciências, Saúde. Vol. VIII (suplemento), 2001. pp.823-838.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001.

FONSECA, Thais. N. L. E. . *Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa*. I. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

FONSECA, Thais. N. L. E. *O ensino régio na Capitania de Minas Gerais 1772-1814*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

FURTADO, Junia Ferreira, A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi & LUCA, Tania Regina de (Orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

FURTADO, Júnia F. *Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MENESES, José Newton Coelho. Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas do ensino no final do século XVIII. In.:FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MENESES, José Newton Coelho. Ensinar com amor uma geometria prática, despida de toda a teoria da ciência e castigar com caridade – a aprendizagem do artesão no mundo português, no final do século XVIII. *Varia Historia*, Belo Horizonte: Departamento de História/ Programa de Pós-Graduação em História/ FA-FICH/ UFMG, vol. 23, n. 37, p.167-183, jan/jun 2007.

MORAIS, Christiani. C. .Livros de uso escolar nas aulas públicas de Portugal e ultramar durante o período de atuação da Diretoria-geral de estudos (1759-1771). In.:FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

MORAIS, Christiani. C. . Ler e escrever: habi-

lidades de escravos e forros? (Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, 1731-1850). *Revista Brasileira de Educação*, v. 12, p. 493-504, 2007. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo Cultural na Colônia*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII – Estratégias de resistências através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

RIBEIRO, Márcia Moisés. Ciência e Império: o intercâmbio da técnica e o saber científico entre a Índia e a América portuguesa. In. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp.499-524.

RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. v.3. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1977.

VILLALTA, L. C. . O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

VILLALTA, L. C..A reforma pombalina na universidade de coimbra. In. FONSECA, Thais. N. L. E.(Org). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2011.

VILLALTA, L. C; MORAIS, C. C.; MARTINS J. P. As Reformas Pombalinas e a Instrução (1759-1777). In. FALCON, Francisco; RODRIGUES, Cláudia. (Orgs.). *A “Época Pombalina” no mundo luso-brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. pp.453-498.

ZUBIRI, Xavier. *História da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. xxxiv, 589p.